

CONSELHO REGIONAL DO PORTO | ADVOCACIA

Parecer

Processo

37/PP/2019-P

Data do documento

6 de setembro de 2019

Relator

Rui Costa

DESCRIPTORIOS

Publicidade > Segredo

SUMÁRIO

A.- A mera publicitação, em domínio da Internet, da actividade profissional de advogado, em termos objectivos, verdadeiros e dignos, representa publicidade lícita permitida, não violando o disposto no artº 94º do E.O.A.

B.- Tem que se salvaguardar que daí não decorre, nem violação de segredo profissional, nem discussão pública de assuntos profissionais, nem angariação ilícita de clientela, em infracção do disposto nos artºs. 92º, 93º e 90º nº 2 al. h) do E.O.A.

TEXTO INTEGRAL

Por carta dirigida ao Presidente do Conselho de Deontologia do Porto, a Dra. Y... R..., advogada, com cédula profissional nº P, apresentou uma exposição solicitando um parecer quanto à eventualidade do exercício das funções próprias de um advogado no contexto que seguidamente se relata, poder implicar uma situação de incompatibilidade ou impedimento. O expediente foi reexpedido para este Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, por ser deste órgão a competência para a emissão de pareceres.

Comunicou que foi convidada por uma empresa titular de um domínio na *internet* para, através desse mesmo domínio, exercer as funções próprias de advogado, nomeadamente a consulta jurídica e tratamento de casos, quer judicial, quer extrajudicialmente, ressaltando que para ela ficaria reservada a decisão de aceitar ou não os utilizadores do dito domínio como clientes e, caso aceitasse, fixando os honorários que reputasse justos e emitindo o respectivo recibo.

De forma a integrar a dita plataforma, a Sra. Advogada pagaria à empresa dela detentora uma anuidade, podendo, com um prazo de 8 dias de aviso prévio, desvincular-se do domínio e aí deixar de exercer

funções.

De forma a poder ser identificada pelos utilizadores do referido domínio, no mesmo seria divulgada a sua imagem, assim como o seu currículo, contactos e honorários (pensamos que a requerente queria dizer “horários”) de atendimento.

Por se entender que o pedido formulado não continha todas as informações necessárias para a emissão de parecer, foi proferido, em 23-08-2019, um despacho no sentido de ser notificada *“(...)a Sra. Advogada consulente para informar da maneira como se processa a relação com eventuais clientes, nomeada e respectivamente, da forma como é realizada a consulta jurídica (o cliente tem de se registar e paga alguma coisa à plataforma?) e de quem parte a iniciativa de contacto.”*

A Colega respondeu, por e-mail de 28-08-2019 informando que a relação com os eventuais clientes se iria processar nos seguintes termos:

- a) O cliente que consultar a plataforma informática e pretender recorrer aos seus serviços, contactá-la-á via email, telefone, ou presencialmente, mediante as informações de contacto disponíveis na plataforma informática para o efeito, podendo tratar-se de uma consulta jurídica ou tratamento de processo;
- b) A iniciativa do contacto partirá sempre do cliente;
- c) O pagamento da consulta ou serviços serão efetuados diretamente à advogada através de transferência bancária ou referência multibanco que constará da informação da plataforma informática, conforme acordo de pagamento de honorários estabelecido com cada cliente, caso a caso, sendo emitidos os respectivos recibos e enviados ao cliente;
- d) A plataforma informática não terá acesso ou conhecimento, quer dos termos da consulta jurídica, quer dos termos do tratamento do processo;
- e) Não será dada qualquer resposta pública a clientes através da plataforma, estando o sigilo da consulta e da pessoa do cliente plenamente salvaguardados;
- f) O cliente não pagará qualquer valor à plataforma no que concerne a consultas jurídicas ou tratamento de processos estabelecidos com a advogada, sendo esta quem pagará uma anuidade à plataforma informática, mantendo o vínculo com a plataforma, como já explicado no seu requerimento inicial, pelo tempo que entender.

Importa assim saber se o cenário descrito, a concretizar-se, cumpre as regras deontológicas previstas no Estatuto da Ordem dos Advogados, ficando a ilustre colega livre para aceitar o convite, competindo a este Conselho Regional a emissão de Parecer, nos termos do artº 54º nº 1 al. f) do E.O.A.

I

Parece-nos relevante clarificar o que é um domínio da internet. Domínios são endereços de páginas na *internet*, exclusivos em qualquer lugar do mundo. Qualquer pessoa, ou empresa, pode registar um domínio,

passando, deste modo, a ser detentora de um *site* na internet, ao qual se poderá aceder através da inserção do respectivo domínio em qualquer browser (*google chrome, internet explorer, mozilla firefox*, etc.).

Assim, o convite feito à Sra. Advogada parece ter como objectivo proporcionar-lhe um meio de divulgação público da sua profissão, das suas competências, dos seus contactos e horários de atendimento, em troca do pagamento de uma anuidade.

Consideramos que a situação em apreço deve ser vista com uma forma de publicidade. O art. 94.º do E.O.A. determina que os advogados “*podem divulgar a sua actividade profissional de forma objectiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência*”. O nº 2 do referido artigo enumera alguns exemplos do que se considera informação objectiva, dos quais constam, de acordo com o que nos foi transmitido, os que ficarão disponíveis na plataforma em relação à advogada: a sua identificação pessoal e curricular [alínea a)] e o horário de atendimento (alínea j). Por sua vez, no que concerne à utilização da imagem da advogada, tal possibilidade também está prevista como lícita [alínea k) do nº 3 do art. 94.º].

II

Há que reconhecer e saber distinguir dois tipos de publicidade: publicidade com fim propagandístico, subjectiva, comparativa e enaltecadora do seu objecto e publicidade com fim informativo, objectiva, respeitadora do segredo profissional e com o intuito único de identificação do seu promotor. Tendo em conta a exposição feita pela Sra. Advogada, a sua integração na plataforma de *internet* terá como propósito informar os seus utilizadores da sua existência e disponibilidade e, portanto, limitar-se à divulgação de informações objectivas.

III

Tendo em conta a exposição que foi feita, algumas dúvidas surgiram quanto ao *modus operandi* da plataforma, nomeadamente no que concerne à forma se processa o contacto com os utilizadores da mesma e à subsequente prestação de serviços pelo advogado.

É que, conforme dispõe o princípio geral do art.º 92º do E.O.A., o advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções, ou da prestação dos seus serviços.

Se o exercício da consulta jurídica for feito através de um mecanismo de “perguntas e respostas” publicadas na plataforma, tal implica violação do segredo profissional e também discussão pública de questões profissionais, proibida pelo art.º 93º do mesmo E.O.A. Ainda que o acesso à plataforma de *internet* em causa pudesse estar vedado aos seus utilizadores através da necessidade de um registo de acesso, não deixaria de estar disponível a esse “pequeno público” o conhecimento de questões que aí

fossem discutidas com outros utilizadores.

Mas não é assim que acontece: a plataforma, como resulta dos esclarecimentos prestados pela Sra. Advogada consulente, limita-se a disponibilizar aos seus utilizadores o contacto de um advogado; o cliente que a consultar e pretender recorrer aos serviços de advogado dela conste, contactá-lo-á por email, telefone, ou presencialmente, mediante as informações de contacto aí disponíveis, não ficando a constar da plataforma os termos da consulta, não sendo, através dela dada qualquer resposta pública a clientes, estando, consequentemente, o sigilo da consulta e da pessoa do cliente plenamente salvaguardados, com respeito do segredo profissional.

IV

Importa, por último, apreciar a possibilidade de a situação em análise consubstanciar uma angariação de clientela que, conforme decorre da alínea h) do nº 2 do art. 90.º do E.O.A., não é permitida.

A imposição do dever de não solicitação de clientela por parte do advogado, por si ou por interposta pessoa, justifica-se pela importância da conservação da confiança que deve pautar a relação entre advogado e cliente, que ficará desde logo comprometida com a ausência de liberdade na escolha do advogado por parte do interessado. Conforme é referido no Parecer nº 6/PP/2017-P, *“com esta limitação procura-se também defender a dignidade da profissão, a independência e o decoro.”*

Na situação que levou à emissão do parecer mencionado, os advogados apenas poderiam ter acesso à plataforma através da compra de “créditos” a gastar como meio para aceder e analisar casos que são descritos pelos utilizadores e para lhes propor um orçamento para a condução da questão apresentada. Ou seja, os utilizadores exporiam as suas questões publicamente na plataforma e a iniciativa de contacto partiria do advogado. Aí, de facto, não há dúvida, conforme se concluiu no dito parecer, que estaria em causa uma situação de ilícita angariação de clientela.

Já no caso em apreço, face aos esclarecimentos prestados pela Sra. Advogada consulente, a iniciativa do contacto partirá sempre do cliente, após consulta do site que se limita a divulgar a disponibilidade de determinados advogados para o exercício da advocacia, publicitando a sua existência. E, assim sendo, a situação poder-se-á comparar à publicação de um anúncio num jornal.

É esse aliás o raciocínio seguido no Parecer E-41/02, emitido em 2003 pelo Conselho Geral da OA com o objectivo de responder a inúmeras solicitações relacionadas com a apreciação da validade de *sites* de *internet* usados para partilhar informação sobre advogados ou escritórios de advogados. No mesmo podemos ler o seguinte:

“(...) Se são admitidos anúncios em jornais sê-lo-ão também, como acima admitimos, noutros meios de comunicação. É o caso, hoje, da Internet, que ocupa, enquanto meio de divulgação de informação, um papel semelhante ao do suporte papel tradicional.”

Dos factos que nos são relatados não resulta que a situação descrita implique o desrespeito pelos deveres deontológicos plasmados no EOA. Tratar-se-á de uma forma lícita de a Sra. advogada consulente publicitar a sua existência, recorrendo à transmissão, através de plataforma informática, de informação objectiva.

Conclusões

A.- A mera publicitação, em domínio da Internet, da actividade profissional de advogado, em termos objectivos, verdadeiros e dignos, representa publicidade lícita permitida, não violando o disposto no artº 94º do E.O.A.

B.- Tem que se salvaguardar que daí não decorre, nem violação de segredo profissional, nem discussão pública de assuntos profissionais, nem angariação ilícita de clientela, em infracção do disposto nos artºs. 92º, 93º e 90º nº 2 al. h) do E.O.A.

Fonte: Direito em Dia